

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 19 | Setembro - 2017



**“Ainda é prematuro falar
do impacto da selagem”**

-Afirma Aly Mallá

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fénias Zimba

REDAÇÃO
Fénias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Elisio Massangaie, Hortêncio Cossa, António Camacho, Valerdina Manhonga

REVISÃO
Bernardino Manhaussane

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Por: Ricardo Nhantumbo

O Director Geral das Alfândegas (DGA), Aly Mallá, afirmou, recentemente em Maputo, numa entrevista concedida a um jornal da praça, e à Folha da AT, que é ainda prematuro fazer-se qualquer avaliação sobre o impacto do Processo de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, tendo em conta que o processo entrou em vigor em Março do ano em curso. Segundo ele, tempo bastante insignificante para qualquer balanço.

Para sustentar esta posição, Mallá recuou no tempo e trouxe a radiografia do processo de selagem nos seguintes termos: *“como sabem, esta questão da selagem é um processo que começou em Março, com a proibição de circulação e comercialização, em todo o território nacional, dos cigarros sem selo, que de algum modo foi relativamente fácil, dado o número reduzido de fábricas, bem como de importadores destes produtos. Em relação às bebidas alcoólicas, o cenário é diferente, pois encontramos um considerável número de fábricas, assim como de importadores, espalhados em todo o país, o que nos obrigou a estender, por mais tempo, ou seja, até 30 de Agosto, o prazo de selagem extraordinária”*.

Segundo avançou Mallá, o objectivo nesta

primeira fase, não é necessariamente medir o impacto do processo na arrecadação de receitas, mas sim de educação, com intuito de consciencializar os cidadãos sobre a importância e pertinência da selagem na comercialização dos produtos abrangidos. *“Mas acredito que a partir de Janeiro estaremos em condições de fazer uma avaliação sobre o impacto desta medida na carteira fiscal, em sede do Imposto sobre o Consumos Específicos (ICE)”*.

Num outro desenvolvimento, o Director Geral das Alfândegas disse que os produtos ora abrangidos, são, de certo modo, supérfluos e nocivos à saúde humana, sendo por isso necessário que o Estado Moçambicano adopte políticas que concorrem para o controlo do acesso fácil de bebidas alcoólicas e tabaco por parte dos cidadãos. Continuando, a fonte explicou ainda, que é do domínio público que o consumo abusivo destes produtos provoca doenças e obriga o Estado a despendere avultados recursos financeiros na aquisição de fármacos com vista a fazer face estas doenças.

Mallá, visivelmente satisfeito, enalteceu o diálogo permanente que tem caracterizado o relacionamento entre a AT e os agentes económicos, desde os formais aos informais, o que, segundo ele, tem flexibilizado e facilitado à fase transitória do processo de selagem, bem como de outras

matérias afins.

No que se refere aos comportamentos desviantes no seio da corporação, sem avançar nomes nem números, Mallá disse que a Autoridade Tributária é composta por várias direcções, dentre elas o Gabinete de Controlo Interno, que tem como principal missão, zelar pelo comportamento dos funcionários no exercício das suas funções. Portanto, qualquer situação anómala é prontamente detectada e dada o seu devido tratamento. *“Dependendo do caso, são aplicadas sanções que vão desde a repreensão pública, despromoção, demissão até expulsão”*, explicou.

A terminar, o nosso interlocutor apelou à todos os funcionários da AT, em particular da Direcção Geral das Alfândegas, para uma maior entrega ao trabalho, de modo que até 31 de Dezembro, se cumpra com a lei orçamental de 2017, canalizando para o efeito, acima do valor planificado para os cofres do Estado, ao mesmo tempo em que convidou aos órgãos de comunicação social a pautarem pela divulgação fidedigna da informação sobre acções desenvolvidas pela instituição, privilegiando acima de tudo o contraditório. 🌿



Aly Mallá
Director Geral das Alfândegas



Na Região Centro

Sandra Alves exorta o redobrar de esforços para o cumprimento da meta

Texto e fotos: António Camacho



Numa visita de trabalho efectuada à várias unidades orgânicas da Autoridade Tributária, em Sofala, na última quarta-feira, 14 de Setembro, Sandra Alves, Directora Regional Centro da AT exortou aos funcionários para um redobrar de esforço para o cumprimento da meta anual para 2017, visto que o presente período de exercício fiscal caminha para o fim. Segundo Sandra Alves, as unidades que se encontram numa situação crítica de realização da meta anual devem redefinir as suas estratégias com vista a reverter a situação. A visita, teve seu início num acato com a orientação da parada para militar das Alfândega da Beira, onde Alves recomendou aos chefes e coordenadores dos vários sectores daquela

unidade que privilegiasse encontros regulares para auscultação dos funcionários como um dos recursos de redefinição de estratégias urgentes, culminou com a visita à Unidade dos Grandes contribuinte da Beira (UGC), Direcção

da área fiscal do primeiro e do segundo Bairro da Beira, Posto de cobrança e posto de fiscalização ambos no Dondo, por fim o posto de cobrança de Nhamatanda onde interagiu com os funcionários a vários níveis. 🌿



VI Sessão Ordinária da Assembleia Provincial

AT forma membros da assembleia provincial de Niassa em matérias fiscais e aduaneiras

Por: Ana Merciana Maculuve



Na esteira da realização da VI Sessão Ordinária da Assembleia Provincial de Niassa, que decorreu de 11 a 13 de Setembro corrente, na cidade de Lichinga, a Delegação provincial da AT em Niassa, procedeu à capacitação de mais de 150 membros da Assembleia Municipal daquele ponto do país, em matérias Fiscais e Aduaneiras. O evento que foi dirigido pelo respectivo presidente, contou para além dos formandos, com participação dos Substitutos

das Comissões de Trabalho, Presidentes e Vogal do Gabinete da Mulher, Director do STAP, Relatores, Técnicos, membros da Sociedade Civil, entre outros convidados.

A participação da AT, que esteve ao seu mais alto nível através dos Directores dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Niassa (SPAN) e da Área Fiscal de Lichinga, ficou marcada pela realização de duas palestras subordinadas aos temas: “Cidadania Fiscal e

Sistema Tributário Moçambicano, e Selagem Obrigatória de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, proferidas pelos Directores da Área Fiscal de Lichinga e dos Serviços Provinciais das Alfândegas, Osvaldo Timóteo, Óscar Munguambe, respectivamente.

Na sua intervenção, o Director da Área Fiscal de Lichinga, falou para além da missão, visão e valores da AT, da relação que se pretende entre o fisco e o cidadão, tendo dado ênfase



às garantias, deveres e obrigações dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais.

Na mesma ocasião, Osvaldo Timoteo falou igualmente do sistema tributário em vigor, tendo de forma sucinto abordado os vários tipos de impostos em vigor, a saber: Impostos sobre o rendimento e impostos sobre a despesa, suas características, âmbito e incidência.

A questão da obrigatoriedade de emissão da factura em todas as transações realizadas teve o destaque necessário, dada a sua importância no controlo fiscal e no incremento dos níveis de arrecadação de receita.

Numa outra vertente, Timóteo, falou das Receitas Próprias dos Governos Distritais, tendo dito que são de grande importância para o desenvolvimento da província, e do

país como um todo. Continuando, lembrou os membros da assembleia provincial sobre o seu papel fiscalizador com vista evitar os auto-consumos na fonte destas receitas.

Por sua vez, Óscar Munguambe, Delegado Provincial de Niassa falou sobre o processo de selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado, bordando concretamente os objectivos, as vantagens deste processo, bem como os prazos da implementação do projecto e sua fiscalização.

Frisou ainda que a tarefa de fiscalizar não cabe apenas aos funcionários da AT, mas também a todos os cidadãos e entidades do governo provincial.

A terminar, Munguambe apelou a colaboração de todos para o sucesso deste processo. *“Este processo apenas é liderado pela Autoridade tributária, mas pertence a todos*



Delegado Provincial da AT-Niassa em entrevista à Rádio Moçambique

moçambicanos, e está mais que claro que, para o seu sucesso, precisa da intervenção de todos”, explicou.

★ ★ ★ ★ ★

53º ANIVERSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

A Autoridade Tributária de Moçambique saúda as Forças de Defesa Nacional pela passagem do 53º Aniversário

Para alcance das metas

“A DAF irá continuar na Intensificação dos trabalhos de verificação da facturação porta a porta...”

-afirma Director da DAF de Inhambane

Por: Bruno Laranjeira

No cumprimento da missão de informar sobre as diversas actividades realizadas pelas unidades que compõem a Autoridade Tributária (AT), a Folha da AT tem efectuado e divulgado uma série de entrevistas com vista trazer à superfície o desempenho da instituição a vários níveis. Na senda destas divulgações, a presente edição, tráz para o caro leitor, alguns trechos da conversa mantida com o Director da Área Fiscal de Inhambane, Alberto Salvador Chambule.

Num ar descontraído, a transparecer uma disponibilidade plena, Alberto Salvador Chambule começou por fazer um breve comentário sobre as actividades desenvolvidas

pela DAF de Inhambane, tendo explicado que apesar das dificuldades inerentes ao processo de fiscalização e cobrança, o trabalho realizado é positivo, pois o colectivo de funcionários ali afectos, tem se desdobrado em tornar as barreiras encontradas no seu dia-á-dia, em oportunidade de juntar sinergias, com vista a cumprir com o planificado.

Chambule, falando do desempenho da sua direcção no que tange ao cumprimento das metas planificadas, referente a avaliação do I Semestre, disse que, apesar de terem empreendido muito esforço, os resultados não foram satisfatórios, dado que a DAF ficou além das expectativas, ao não alcançar as metas superiormente fixadas, tendo ficado

em 96,32%.

Questionado sobre as razões que estiveram por detrás do não cumprimento, o nosso interlocutor foi parco em palavra, apontou a redução das receitas do IRPS provenientes dos descontos aos funcionários e agentes do Estado canalizadas pela Direcção Provincial de Economia e Finanças, a não canalização das receitas devidas, provenientes dos serviços das Florestas e Fauna Bravia, a problemas relacionados com o classificador de receitas, a fraca entrega de receitas do IVA por parte dos sujeitos passivos deste imposto alegando a crise económica e a ocorrência do ciclone Dineo que assolou a província de Inhambane em Fevereiro de 2017.



Prossiguinto, afirmou que apesar do incumprimento das metas, nos últimos três meses, a direcção que dirige tem ultrapassado as metas, tendo reduzido o défice de cerca de 11 milhões de Meticais para os actuais 3 milhões de meticais.

Instado a se pronunciar sobre as medidas tomadas pela DAF com vista ao alcance das metas, Alberto Chambule, afirmou que tem realizado diversas actividades na sua jurisdição, citando como exemplo a facturação porta a porta, onde tem recuperado muita receita referente às mercadorias que são adquiridas pelos sujeitos passivos, sem as respectivas facturas ou documentos equivalentes, tendo em conta o disposto no número 1 do artigo 52 do CIVA que atribui responsabilidade solidária ao adquirente dos bens ou serviços pelo pagamento do imposto (IVA) nos casos em que não tenha sido passada a factura ou documento equivalente ou contenha uma indicação inexacta quanto ao nome ou endereço das partes intervenientes, á natureza ou á quantidade dos bens transmitidos ou serviços prestados, ao preço ou ao montante do imposto devido. *“Neste caso a DAF recupera o IVA não pago pelo fornecedor, penaliza o adquirente por ter adquirido a mercadoria sem factura ou documento equivalente para além de penalizar o contribuinte nos casos de não emissão ou emissão irregular de facturas ou documentos equivalentes”* - explicou Chambule.

Num outro desenvolvimento, Alberto Chambule informou que a DAF de Inhambane tem feito correcções (Prorrata) das deduções dos sujeitos que praticam operações mistas, isto é, contribuintes que praticam operações

sujeitas e isentas, partes das quais não confirmam o direito à dedução, o que tem acontecido é a dedução do IVA na totalidade por parte dos sujeitos passivos em violação do disposto no número 1 do artigo 22 do CIVA que refere que nestes casos a dedução deve ser na percentagem correspondente ás vendas que dão direito à dedução, bem como o cruzamento de informações das declarações periódicas e dos pagamentos do E-SISTAFE.

Sobre as dificuldades na cobrança de receita, o director da DAF apontou o ciclone Dineo como um dos factores que contribuiu negativamente na carteira fiscal, tendo em conta que muitos sujeitos passivos principalmente do sector do turismo tiveram as suas estâncias turísticas destruídas, o que levou ao encerramento total ou parcial das mesmas.

Preocupado com as metas, o responsável da DAF de Inhambane disse que tem, como grande desafio, a superação da arrecadação dos próximos meses tendo em vista a eliminação do défice de 4% que a DAF transporta do I Semestr.

“A DAF irá continuar na Intensificação dos trabalhos de verificação da facturação porta a porta, intensificar o trabalho de auditorias em coordenação com a DAII”, avançou.

Paralelamente a isto, irá continuar com a Análise dos processos de contabilidade dos sujeitos passivos, cruzamento de informações das declarações periódicas e dos pagamentos, bem como garantir a cobrança do ISPC nos mercados.

Quanto às condições de trabalho, afirmou qu

no que concerne ao sector tributário, gostaria de ver melhorado o sistema de controlo da facturação dos sujeitos passivos através da introdução o mais breve possível das máquinas fiscais tendo em conta que o IVA em todo o mundo funciona com a factura, pois no seu entender, para o sucesso da Administração Tributária é necessário que seja fortalecido o sistema de controlo, visto que as experiências mostram que para que haja sucesso na colecta dos impostos as administrações fiscais devem afectar mais de 75% do seu pessoal nas fiscalizações e auditorias.

Continuando, Chambule disse que, na opinião o outro ponto que deveria merecer reflexão é a determinação de um prazo para que os sujeitos passivos possam usar o crédito em sede do IVA, findo o qual, o sujeito passivo deveria perder o direito a dedução desse mesmo crédito, tal como acontece com a dedução dos prejuízos em sede dos Impostos Sobre o Rendimento que o prazo é de 5 anos, justificando a sua posição com a lei Geral Tributária no seu número 1 do artigo 86, que estipula um prazo de 5 anos para que a administração fiscal possa liquidar validamente o imposto ao sujeito passivo, findo o qual, o direito de liquidação caduca.

Portanto, são estes factores que podem ser analisados para a determinação do prazo de utilização do crédito, esta medida poderá influenciar no aumento das receitas do IVA tendo em conta que existem muitas empresas que fazem a gestão do crédito e não chegam a efectuar o pagamento do IVA, usando estas manobras.



Segundo a Procuradora Provincial chefe de Sofala

“A celeridade dos processos aduaneiros deve ser uma prioridade para que o estado recupere receitas”

Por: António Camacho



Este pronunciamento foi feito a quando da visita de trabalho que Carolina Azarias, Procuradora Provincial Chefe de Sofala fez à Direcção Regional Centro da Autoridade Tributaria, no dia 16 de Agosto último. A visita visava a harmonização de procedimentos em sede da instrução de processos fiscais que são tramitados entre a AT e Procuradoria Provincial de Sofala (PPS) com vista a dar maior celeridade aos mesmos.

“A celeridade dos processos aduaneiros deve ser uma prioridade para garantir que o Estado recupere as receitas que estavam em risco de perda por conta da tentativa de evasão fiscal”, afirmou.

Na mesma ocasião a timoneira do ministério público de Sofala mostrou-se preocupada

com a aparente contradição que se verifica na aplicação das leis que regem a área aduaneira, as consideradas especiais e gerais, onde há casos em que para a mesma infração sejam aplicadas duas penas dentro do mesmo ordenamento jurídico ou seja, uma que resulta da resolução em sede das leis especiais e a outra em sede das leis gerais.

Balanzo da visita da procuradora provincial Após as visita efectuadas às instituições AT e Direcção Provincial da Agricultura de Sofala, Carolina Azarias constatou a existência de entraves na fiscalização de produtos florestais que tem a ver com os custos de reposição de selos, que são inutilizados no acto de abertura dos contentores onde são transportados para a fiscalização.

Ainda na mesma ocasião a procuradora exortou à AT a intensificar a campanha de fiscalização em relação a emissão de facturas e recibos nas transacções, porque tem constatado que ainda persistem ações de não emissão dos mesmos pelos comerciantes.

A necessidade do estudo da legislação esteve igualmente no leque das suas preocupações, pois, no seu entender, a legislação aduaneira vigente apresenta-se, nalguns casos, desadequada à nova realidade, uma vez que as sociedades são dinâmicas e por outro lado há uma necessidade de capacitar os magistrados do Ministério Público em matérias aduaneiras com vista a dotá-los de ferramentas que permitirão maior celeridade dos processos. 

Torneio de futsal alusivo aos 40 anos da EDM

AT - Niassa, sagra-se campeão

Por: Ana Merciana Mucavele



EA equipa de futsal da AT, Delegação Provincial de Niassa, conquistou o torneio promovido pela Electricidade de Moçambique, Área de Serviço ao Cliente de Lichinga, no âmbito da celebração do 40º Aniversário, assinalado a 27 de Agosto, ao vencer os quatro jogos disputados.

Este evento teve o seu início no dia 12 de Agosto passado, contou com a participação de cinco instituições públicas, sendo a EDM

empresa promotora, a Autoridade Tributária de Moçambique, a Direcção Provincial dos Recursos Mineiros e Energia, a Direcção Provincial do Trabalho e o Hospital Provincial.

No primeiro jogo, muito bem disputado, diante da equipa do Hospital Provincial, a AT venceu por 6-4. No dia 13, a AT passou a sua classe derrotando a Direcção Provincial do Trabalho por uma larga e incrível diferença, de 20 golos (21-01). Nos dias 19 e 20 defrontou

as equipas da Televisão de Moçambique e Direcção Provincial dos Recursos Mineiros, tendo uma vez mais, demonstrado a sua supremacia ao derrotá-los por 9-4 e 9-6, respectivamente.

No jogo da final marcado para o dia 26 de Agosto (domingo), a AT, num jogo disputadíssimo, venceu a equipa da EDM por 4-2, sagrando-se assim, Campeão do Torneio do 40º Aniversário. 🌿

Na Cidade de Maputo**Funcionários públicos capacitados em diversas matérias***Por: Ricardo Nhantumbo*

Funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique e de outras instituições públicas que ocupam cargos de direcção e chefia, beneficiaram, recentemente, de capacitação em matérias sobre Modelagem Fiscal dos Projectos do Sector Mineiro e Modelo de Previsão de Receitas da Indústria Extractiva, promovida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito da cooperação existente entre Moçambique e aquela Organização Internacional, através do seu Departamento de Assuntos Fiscais.

A capacitação que tinha como objectivo estabelecer protocolos de partilha de dados entre as várias entidades públicas envolvidas, abrangeu, para além dos funcionários da AT, técnicos da Direcção Nacional do Tesouro, da Direcção de Estudos e Análises

Económicas do Ministério da Economia e Finanças, dos Recursos Minerais e Energia e do Departamento para Indústria Extractiva do Tribunal Administrativo.

Falando no acto de abertura, em representação da Presidente da AT, Augusto Tacarindua, Director Geral de Impostos, referiu que Moçambique possui recursos naturais que, nos termos constitucionais, o Estado detém total soberania quanto a sua prospecção e produção, devendo ser garantido que estes contribuam para o desenvolvimento social e económico dos moçambicanos. Segundo aquele dirigente, estes recursos apenas se tornam riqueza efectiva para o país, quando extraídos do subsolo e colocados à disposição para que sejam utilizados para o desenvolvimento da indústria e para

fomentar a actividade económica.

Num outro desenvolvito, Tacarindua disse que a indústria extractiva é reactivamente nova no país, pelo que, mostra-se relevante dotar quadros da administração pública, de conhecimentos que permitam acompanhar a



Augusto Tacarindua
Director Geral de Impostos

dinâmica do sector mineiro, de modo a permitir que a economia esteja, efectivamente, a beneficiar-se dos investimentos nacionais ou estrangeiros que estão a ser direccionados para este sector.

Ao longo do seu discurso, a fonte disse ainda que, em 2014, Moçambique actualizou a legislação para as actividades mineira e petrolífera, visando incorporar as melhores práticas internacionais no que se refere a tributação, bem como conferir maior comodidade aos operadores no que se refere a consulta.

Tacarindua salientou que com a aprovação destas Leis, a questão dos Benefícios Fiscais foi racionalizada, restringindo-se apenas para equipamento e maquinaria essenciais para o desenvolvimento das actividades. *“Todos os aspectos fiscais relevantes que definem os ganhos para o Estado e para empresas foram incorporados na Lei e não são objectos de negociação, o que garante a transparência e equidade no tratamento dos investimentos”*, explicou Tacarindua.

Realçou ainda o papel preponderante que o FMI tem desempenhado para Moçambique, através de Missões de Assistência Técnica, com maior incidência no desenvolvimento do



capital humano e na política e administração tributária.

Numa outra acção similar, 20 quadros da instituição, na sua maioria da área aduaneira, participaram de uma formação em matérias sobre a liderança, promovida pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA), cujo principal objectivo é desenvolver as qualidades de liderança, habilidades de gestão e conhecimentos dos gestores aduaneiros, para melhorar as suas capacidades e contribuir na reforma e modernização das suas administrações. Foram ministradas, durante a formação, várias matérias tais como: Alfândega Moderna do século XXI, Gestão Estratégica e Padrões da PICARD, Auto Avaliação e Desenvolvimento de Habilidades do Pessoal, Liderança Situacional e Formas de

Gestão, entre outras.

Segundo apurou a reportagem da Folha da AT, esta formação foi solicitada há bastante tempo, pela administração tributária de Moçambique junto a OMA e por que aquela organização não dispunha de um número suficiente de especialistas nestas matérias, falantes de português, só agora é que foi concretizada.

As notas introdutórias foram proferidas pelo Director Adjunto da Direcção de Formação na AT, Sérgio Nhampossa, que falou da relevância da formação, seu enquadramento no plano de formação da instituição, tendo apelado aos formandos, o melhor aproveitamento daquela nobre oportunidade e que transmitam os ensinamentos aos demais colegas nos seus postos de trabalho.🌿



Caro Viajante:

Evite a confiscação dos seus produtos nas fronteiras.

Respeite os limites fixados na importação de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado sem o selo de controlo fiscal

Com a entrada em vigor da selagem obrigatória de **Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado**, fica interdita a entrada destes produtos no país sem o selo de controlo fiscal, excepto nas quantidades previstas na franquía aos viajantes, nomeadamente:

- 200 cigarros ou 100 cigarrilhas ou 50 charutos ou 250 gramas de tabaco para fumar
- 1 litro de bebidas espirituosas
- 2,25 litros de vinho

